



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 53**

Sessão Ordinária de Fevereiro

1.ª Reunião de 29-02-2008

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Joaquim Manuel da Silva Marques, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:  
António dos Santos Costa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira (chegou às 21:30 horas), Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira, António Rocha Dias de Andrade (chegou às 23:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia e Arsélio Almeida Martins pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Jorge Manuel do Nascimento e Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

**Renúncia ao Mandato:** nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu

conhecimento ao plenário, do pedido de renúncia ao mandato, apresentado pelo Vogal António dos Santos Costa, eleito na lista Juntos por Aveiro, pelo partido CDS/PP.

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>15</sup>

Seguidamente a Presidente da Mesa <sup>15</sup>, colocou à apreciação do plenário o pedido de renúncia do mandato, sendo o vogal substituído a partir da próxima reunião da sessão pelo sucedâneo na lista de candidatura, Jorge Manuel do Nascimento, não se verificando oposição.

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>15</sup>

“Apresentou um **Voto de Louvor** do seguinte teor:

«Neste momento que é de partida e ausência do nosso Ilustre Colega de bancada António Santos Costa.

É para a sua pessoa que vão naturalmente estas modestíssimas palavras para saudar o parlamentar ilustre que, desde os primórdios desta jovem Democracia, soube representar exemplarmente o figurino de um cidadão dedicado à causa pública.

O privilégio e honra maiores que nos foram concedidos de poder assistir à forma convicta e séria como lutava pela defesa do interesse público através das suas brilhantes entoações parlamentares são reveladoras do mais profundo respeito e do apreço que lhe são merecidas.

A honrosa posição em que o nosso Colega Santos Costa foi investido no seio deste Colégio Municipal foi sempre norteada pela dedicação, brio e elevado sentido de responsabilidade ética ao longo de uma brilhante e dilatada carreira ao serviço do interesse público.

É justa e merecida a homenagem que pretendemos endereçar à sua pessoa pela disponibilidade, colaboração, na linha da ética e da dignidade que haverão de ser sempre o Timbre de qualquer servidor do interesse público.

É exactamente o desejo de sublinhar a acção valorosa e inestimável do nosso Colega de bancada pela qualidade do seu trabalho parlamentar, pela dedicação e zelo que sempre demonstrou e que são reconhecidos por todos quantos com ele contactaram, pela dedicação e empenho que sempre colocou na sua relação com os demais Pares desta Assembleia que motiva esta breve, mas sentida homenagem.

Face ao exposto,

Os deputados municipais do CDS/PP, propõem que a Assembleia Municipal de Aveiro reunida na Sessão Ordinária, reunião de 29 de Fevereiro de 2008 delibere um Voto de Louvor a endereçar a António Santos Costa, anterior membro deste órgão autárquico».

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>15</sup>

“Não falei ainda com a minha bancada, mas penso que apoiaremos este voto. O Deputado Santos Costa era um autarca experiente. Fez várias temporadas na Câmara de Vagos, depois em Aveiro esteve na Assembleia, e era um adversário valoroso e até perigoso porque é um homem que deduz muito bem e argumenta muito bem, e fundamenta aquilo que assevera — nem toda a gente o faz. E dessa maneira sugere as pessoas com tanto sucesso que, designadamente, sendo ele por natureza reaccionário e conservador às vezes isso nem parecia porque aparentemente fundamentava nas suas teses mais à direita com argumentos muito razoáveis.

Bem, penso que não será definitiva a saída dele da vida política. É de uma família de gente inteligente. Vários membros têm tido vicissitudes, subidas e descidas na vida, mas é seguramente e manifestamente gente inteligente. O deputado Santos Costa além de falar bem, também escreve bem — embora esta carta de despedida é um bocado rebuscada valha a verdade. Mas é uma peça com princípio meio e fim e que se ouve com agrado. E mais uma vez aplaudo com atenção e adesão. Não direi mais.

*Se todos os deputados atingissem o nível de presença e de combatividade que o deputado Santos Costa teve e tem isso seria um factor da melhoria da disputa política partidária municipal. Devo dizer ainda a este propósito, augurando sucesso e felicidade pessoal — é isso.”*

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) <sup>24</sup>

*“Muito obrigado. Apenas para dizer que estamos perfeitamente de acordo com as palavras que já foram aqui proferidas e dizer que o Partido Social-democrata se alia ao voto de louvor apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP. E fá-lo porque tem a clara consciência e compreensão de que se está a dar um voto de louvor a um homem empenhado e preocupado. Conheço o deputado Santos Costa há muitos anos e em todos os passos da vida em que o conheci foi sempre um homem disponível, mas essencialmente um homem responsável e consciente das suas responsabilidades. Ao longo dos anos, aqui nesta Assembleia Municipal, e também como Vereador da Câmara Municipal de Vagos, pudemos sempre tirar a conclusão de que efectivamente o deputado Santos Costa era um homem de uma só vontade, de uma linha e de um rumo único em termos de comportamento e de posicionamento na vida, quer política quer social.*

*Esperemos como foi referido, que seja uma retirada em circunstâncias da vida e esperemos, porque todos teremos a ganhar, e a Assembleia Municipal de Aveiro também terá a ganhar, por ter no seu seio um homem com as capacidades e com as disponibilidades que tem o Santos Costa. Era isto que queríamos deixar referido no voto aqui apresentado. Disse.”*

Vogal António Regala (PCP) <sup>25</sup>

**Seguidamente, a Presidente da Mesa<sup>26</sup> colocou à votação o Voto de Louvor apresentado, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.**

Continuando, a Presidente da Mesa<sup>26</sup> deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Inventário dos Bens do Município – Apreciação;**
- Ponto 3. – Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Aveiro – Discussão e Votação;**
- Ponto 4. – Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia – Discussão e Votação;**
- Ponto 5. – Regulamento de Publicidade, Propaganda e Ocupação do Espaço Público do Concelho de Aveiro – Discussão e Votação;**
- Ponto 6. – Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA – Apreciação;**
- Ponto 7. – Circular Poente à Cidade de Ílhavo – Variante Norte de Ligação ao Concelho de Aveiro (2.ª fase) – Reconhecimento de interesse público – Discussão e Votação;**
- Ponto 8. – Síntese da actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2007;**
- Ponto 9. – MoveAveiro – Situação actual e futura;**

**Ponto 10. – Análise do Sistema Nacional de Saúde no Concelho de Aveiro – últimos desenvolvimentos;**

**Ponto 11. – A Actividade da Câmara Municipal – Moção de Censura.**

(Entraram na sala os Vogais Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: <sup>011</sup>

Acta n.º 47 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e sete votos a favor e três abstenções, zero votos contra.

Acta n.º 48 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e nove votos a favor e uma abstenção, zero votos contra.

Acta n.º 49 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor e quatro abstenções, zero votos contra.

Acta n.º 50 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e oito votos a favor e duas abstenções, zero votos contra.

Acta n.º 51 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e oito votos a favor e duas abstenções, zero votos contra.

Acta n.º 52 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e oito votos a favor e duas abstenções, zero votos contra.

Vogal António Regala (PCP) <sup>012</sup>

Presidente da Mesa <sup>013</sup>

Vogal António Regala (PCP) <sup>014</sup>

Presidente da Mesa <sup>015</sup>

“**Deu entrada na Mesa um Voto de Pesar, subscrito pela bancada do PSD, que é do seguinte teor:**

*«Tendo ocorrido recentemente o falecimento do Dr. Manuel Maria Portugal da Fonseca, figura conhecida e respeitada no meio Aveirense pela sua participação activa na vida social e política, quer a nível concelhio, distrital, e nacional, tendo sido Vereador da Câmara Municipal de Aveiro, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa e Deputado à Assembleia da República pelo Distrito de Aveiro, para além de profissionalmente ter sido professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro e distinto economista: o PSD propõe à Assembleia Municipal de Aveiro um voto de pesar pelo desaparecimento de tão ilustre figura Aveirense».*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) <sup>016</sup>

**Seguidamente, a Presidente da Mesa<sup>017</sup> colocou à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Portugal da Fonseca, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio.**

Presidente da Mesa <sup>017</sup>

“*Deu entrada na Mesa um **Voto de Pesar**, subscrito pela bancada do CDS/PP, e é do seguinte teor:*

«*Decorreram, no passado dia 1 de Fevereiro de 2008, cem anos sobre um trágico acontecimento que marcou para sempre a História de Portugal:*

*Evocamos o homicídio do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luiz Filipe, no Terreiro do Paço através de um violento atentado.*

*O Rei D. Carlos, para além de Monarca, foi um Chefe de Estado e Homem Culto, Humanista e Civilizador, um verdadeiro percursos da Ciência e das Artes e um Diplomata que soube representar e elevar o prestígio de Portugal Além Fronteiras, para além de o dignificar através da recepção e hospitalidade nacionais aos inúmeros Chefes de Estado em período especialmente difícil do seu reinado.*

*Volvida uma centena de anos sobre esta tragédia, julgamos que a melhor homenagem que se lhe poderá render em pleno solo de uma Terra de Liberdade é, sem quaisquer complexos, prestar e preito do nosso Humanismo e Democratismo às pessoas de S. M. o Rei D. Carlos e de Príncipe Real D. Luiz Filipe, ambos vítimas de um acto terrorista e criminoso, violador da Vida Humana, em honra dos princípios e valores universais da Paz, Tolerância e Liberdade que norteiam qualquer Estado de Direito Democrático.*

*Nos termos acima expostos,*

*A Bancada do CDS/PP propõe a este Colégio Municipal, reunido em 29 de Fevereiro de 2008, a aprovação de um Voto de Pesar pelo decesso de S. M. o Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luiz Filipe a endereçar à Casa Real Portuguesa».*

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>018</sup>

Presidente da Mesa <sup>019</sup>

Vogal Sergio Loureiro (PPD/PSD) <sup>020</sup>

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) <sup>021</sup>

Seguidamente, a Presidente da Mesa <sup>022</sup> colocou à votação o Voto de Pesar na passagem do Centenário do Regicídio, sendo o mesmo aprovado por maioria, com dezoito votos a favor (PSD12+CDS6), vinte abstenções (PS14+PSD6) e dois votos contra (PCP1+BE1).

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>023</sup>

Presidente da Mesa <sup>024</sup>

“*Temos agora um voto de protesto apresentado pelo vogal do Bloco de Esquerda que passo a ler...*”

Vogal Jorge Afonso (BE):

“*Peço desculpa Senhora Presidente, mas quem deve ler o voto de protesto sou eu, uma vez que não é para pôr à votação.*”

De seguida usou da palavra o Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>025</sup> para fazer a leitura da exposição do protesto:

«*O Bloco de Esquerda não pode deixar de denunciar aquilo que considera ser, a utilização abusiva da instituição Câmara Municipal de Aveiro para propagandear os preceitos ideológicos dos seus membros eleitos.*

*Numa primeira situação, a CMA promoveu as Comemorações do Centenário do Regicídio. No portal da autarquia podíamos ler o seguinte: «o regicídio, mais que um homicídio, tratou-se de um crime contra o Estado». O portal da autarquia passou a oferecer-nos interpretações históricas como se fossem verdades históricas absolutas.*

*No âmbito das comemorações, foi apresentada aos alunos do primeiro ciclo das escolas do concelho a peça; “Infames! Infames! Que Matam o Rei!”. A CMA assumiu-se como produtora da História oficial, e fê-lo da pior forma: impondo aos alunos do primeiro ciclo uma visão unilateral e parcial da História, através de uma apresentação cujo próprio título foca um momento preciso dos acontecimentos históricos e, atribui um juízo de valor a figuras históricas. A CMA foi seduzida pela possibilidade de reescrita da História, de acordo com os seus preceitos ideológicos. A CMA foi seduzida pela possibilidade de criação de uma versão oficial da História. Esta postura da autarquia é inaceitável e contrária à democracia. Aos órgãos públicos compete promover o debate plural e livre na sociedade civil.*

*A situação é tanto mais grave já que, foi esta Câmara que recusou aquele que seria um pólo de debate, pensamento e intervenção sobre História em Aveiro.*

*Foi este executivo que devolveu o importante espólio doado pela família de Arlindo Vicente, impedindo o acesso ao património histórico desta importante figura aveirense da resistência antifascista.*

*Foi esta Câmara Municipal que recusou o Museu da República Arlindo Vicente, chamando-lhe agora Museu Cidade de Aveiro. A República foi cuidadosamente banida em Aveiro.*

*Numa segunda situação, a CMA entregou, gratuitamente e por tempo indeterminado, um espaço no Mercado de Santiago para sede da Associação de Defesa e Apoio à Vida no dia 11 de Fevereiro deste ano.*

*O BE nada tem a opor a que a CM ceda espaços a associações, assim como nada tem contra esta IPSS em particular.*

*Porém, não podemos fazer de conta que não percebemos o simbolismo ideológico da atribuição deste espaço a esta IPSS no dia 11 de Fevereiro.*

*Esta IPSS integra a Federação Portuguesa pela Vida, envolvida directamente na campanha do referendo e presidida pela activista anti escolha, Isilda Pegado.*

*O facto da atribuição deste espaço ter sido feita no dia 11 de Fevereiro, mostra não só o mau perder, como o desrespeito pela decisão dos portugueses e portuguesas que se pronunciaram, inequivocamente, contra a perseguição das mulheres que abortam.*

*Mas desengane-se este Executivo. O povo português pronunciou-se e alterou a lei. Se este Executivo pretendia continuar a ver mulheres serem julgadas no Tribunal de Aveiro, a democracia contrariou esta atitude persecutória,*

*O Bloco de Esquerda lavra um veemente voto de protesto em relação a estas situações, que considera uma prática inaceitável em democracia, de utilização de um órgão público para propaganda ideológica, e pretende que situações como esta não se repitam».*

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>026</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>027</sup>

Presidente da Mesa <sup>028</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>029</sup>

Presidente da Mesa <sup>030</sup>

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Inscreveu-se para usar da palavra o munícipe:

*Francisco José dos Santos Braz*<sup>031</sup>, representante do STAL, interveio em nome dos trabalhadores da MoveAveiro.

## Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>032</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>033</sup>

*“Eu de facto não estranho, mas reprovoo completamente a atitude do Conselho de Administração da MoveAveiro, e concretamente este Executivo camarário pela forma como tem tratado esta negociação e os trabalhadores.*

*Os trabalhadores da MoveAveiro andam arrastados neste processo desde Abril de 2007. Foram entretidos, pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, concretamente o Sr. Vereador Pedro Ferreira, e andou sistematicamente até Outubro apesar das insistências dos trabalhadores, a entreter os trabalhadores com promessas de reuniões.*

*Após fortes insistências dos trabalhadores acabou por aceitar alguns meses depois, fazer negociações; até que foram feitas como aqui já foi dito, negociadas várias matérias mas a determinada altura, surgiu outra nova situação: - é que não se quis assumir aquilo que estava acordado; provavelmente, porque a ideia da Câmara Municipal, é privatizar e não interessa privatizar, com trabalhadores com muitos direitos. É que nem sequer o primado da constituição da república esta câmara municipal e a administração da MoveAveiro reconhece e aplica, de que “para trabalho igual, salário e direitos iguais”.*

*Tanto assim é, que há cerca de cinquenta trabalhadores, num universo de cento e trinta aproximadamente, que têm vínculo precário, uns com um horário e outros tem outro. E portanto, quem assim aplica gestão aos direitos dos trabalhadores, não anda de boa fé numa negociação. Porque se andasse de boa fé pelo menos, respeitava aquilo que tinha sido acordado.*

*Eu conheço bem os meandros destas coisas porque eu fui membro de uma comissão de trabalhadores de uma grande empresa, e passei muitas vezes por esta situação; e sei muitas vezes o que custa ter mão nos trabalhadores, para não fazerem mais do que aquilo que é determinado.*

*E esta Câmara e este Conselho de Administração da MoveAveiro, se continuar com esta estratégia de certezas absolutas vai ter fortes dissabores com os trabalhadores, pelo simples facto dos trabalhadores se sentirem desrespeitados.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>034</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>035</sup>

Vogal António Regala (PCP) <sup>036</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>037</sup>

*“As minhas primeiras palavras são para salientar e enaltecer a forma correcta, quase cordial, como o Sr. Francisco Braz conseguiu aqui trazer os problemas da empresa, dos trabalhadores da MOVEAVEIRO, e como se conseguiu conter, e ser contido nas suas palavras, face a indignidade, que os seus colegas trabalhadores da MOVEAVEIRO tem sofrido.*

*De facto é pouco comum, ver uma pessoa, com a alma certamente a sangrar, mas ter a contenção necessária, para fazer o discurso que fez, da maneira correcta.*

*Sobre a situação da MOVEAVEIRO, queria abordar dois ou três pontos muito rápidos, que são os seguintes:*

- O grande problema da MOVEAVEIRO é a incompetência do Executivo Municipal;
- O grande problema da MOVEAVEIRO é a não existência de uma estratégia para a empresa;
- O grande problema da MOVEAVEIRO é, e ainda há dias ouviram, é terem aprovado um Orçamento para este ano que é pura e simplesmente (pode ser verificado), uma mera cópia do

*Orçamento anterior. Não há nenhum sentido estratégico; não há nenhuma tentativa de resolver o problema da empresa!? E como não há nenhuma tentativa para resolver o problema da empresa o problema vai-se manter.*

*E os problemas têm sido vários: o primeiro problema que tem surgido na MOVEAVEIRO é um problema de extrema indignidade, que é o atraso no pagamento dos salários. É indigno!*

*Mais. A primeira resposta que sai do Presidente do Conselho de Administração da empresa é que “os salários estão atrasados, mas a culpa não é nossa”! “A culpa é da DGV que não transferiu atempadamente os subsídios”.*

*Toda a gente ficou a pensar que a DGV transferia alguns subsídios para pagamentos dos salários aos trabalhadores, mas não os subsídios eram de equipamento e nada tinham a ver com isso.*

*Em segundo lugar, é preciso não esquecer que grande parte dos trabalhadores são requisitados. Eu ainda há tempos ouvi no jornal dizer: “não, eles não estão em atraso nos pagamentos, porque como não há acordo, eles podem ser pagos até ao dia oito.” Que coisa horrível de se dizer Senhor Presidente do Conselho de Administração. Que coisa! Que coisa... isso não se diz! Não se pensa quanto mais dizê-lo.*

*Segundo aspecto: porque é que os trabalhadores andam a ser apertados? Porque é esta pressão para cima dos trabalhadores? Toda a gente sabe, não vale a pena esconde-lo: é porque este Executivo há muito que gizou um objectivo, que é o objectivo de privatizar a MOVEAVEIRO. Mas para privatizar, e a menos que haja milagres, o privado, ou concessionário, não quer perder dinheiro, não vai lá por dinheiro; como o senhor vereador Pedro Ferreira e Presidente do Conselho de Administração da MOVEAVEIRO, diz que é uma coisa muito boa a concessão ou privatização, porque nós vamos reduzir significativamente os prejuízos da empresa, e que a autarquia vai continuar a subsidiar mas em menor valor, de algum lado tem que sair. «Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vêm» E de onde é que vêm? Do pêlo dos trabalhadores é óbvio. E é preciso amaciar-lhe esse pêlo, para que eles possam aceitar de bom grado aquilo que lhes vai acontecer no futuro.*

*Louvo como eu disse, a posição do representante dos trabalhadores. Considero que a empresa pode ter futuro se bem gerida, como é óbvio. Os munícipes aveirenses, têm de suportar os custos sociais da empresa, porque a empresa não pode subsistir sem isso! Eventualmente, e achei aqui o discurso ainda mais interessante, o Sr. Francisco Braz, em representação dos trabalhadores, nem se pôs contra uma possível concessão da empresa; pelo menos não pressenti isso no seu discurso. O que ele diz é: eu quero é regras bem definidas, não quero que esta política de dizer tudo que foi feito, não vai ser devidamente escrito e cumprido no futuro, não quero que os trabalhadores estejam sujeitos a isso.*

*Eu não gostaria muito de abordar isto, mas tenho que falar, e tenho que o dizer, porque as coisas são para dizer na altura certa.*

*De facto, a indignidade maior do não pagamento atempado aos trabalhadores, acontece quando esta Câmara decide, num gesto de enfim, de audácia, transferir de repente 150 mil euros para outra empresa municipal, para a EMA, dizendo que ao obrigo da legislação - a legislação obriga, permite não, obriga a que sejam cobertos os prejuízos de exploração. E portanto, nós vamos transferir e transferiram sem autorização prévia da Câmara Municipal 150 mil euros para a EMA. Disse o Senhor Presidente da Câmara nessa altura, que era para fazer pagamentos a fornecedores (também disse a clientes, não sei porquê), mas eu entendo, fornecedores. Mentira! Não foi para pagamentos a fornecedores foi para pagamento de uma dívida ao Beira-mar! Não é “dores”, “dores” é plural é “dor”. E o Beira-mar nem é fornecedor, tem apenas um protocolo. O dinheiro chegou, mas pousou e saiu. E até foi no dia um, e foi por isso que algumas pessoas disseram que foi para que os trabalhadores do Beira-mar. Foi para os jogadores não fizessem greve no Domingo, que era o regresso ao velho Mário Duarte, porque tinham os salários em atraso.*



*Está claro que o Presidente do Beira-mar veio logo dizer que não há problema nenhum, que já paguei aos trabalhadores com o dinheiro que recebi da EMA.*

*E perante isto, os trabalhadores da MOVEAVEIRO tinham salários em atraso. É isso legítimo? É isso que nós queremos? Estará isso bem? Eu acho que não. Eu acho que não, acho que está muito mal.*

*E para acabar. Eu penso que o despautério aqui, atingiu o limite máximo porque a Câmara não se limitou a transferir 150 mil euros para o Beira-mar?! Aprovou que se transferisse para a EMA os 850 mil euros para cobertura dos prejuízos do ano anterior, quando esse prejuízo ainda não foi apurado. Porque as “Contas” ainda não estão apuradas. Mas se não estão apuradas, porque é que no mesmo dia não decidiu transferir para a MOVEAVEIRO? Não tem prejuízos também?*

*Mais. E é uma coisa muito mais grave: será que nas Contas da EMA lá constam essas dívidas da EMA ao Beira-mar? Isto é: durante o ano de 2007 houve alguma factura do Beira-mar à EMA? E por aqui deixo as questões.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [ms](#)

*“É realmente com tristeza que nós vemos este assunto da MOVEAVEIRO, continuar a ser discutido nesta Assembleia Municipal, sinal realmente de conflitos que ainda não foram solucionados e que urge solucionar. Mas infelizmente, podemos dizer que eram conflitos que seriam expectáveis, e aquilo que enquanto estava a decorrer o debate, fui vendo, fui-me recordando do percurso desta empresa e dos debates que nós tivemos nesta Assembleia Municipal, por alturas de 25 de Outubro de 2004, na altura em que nós discutimos aqui nesta Assembleia, e que aprovámos com os votos do Partido Socialista só, esta empresa municipal. Com muitas críticas de todos os partidos aqui representados, e muitas destas críticas prendiam-se exactamente à situação financeira que se previa que viesse a acontecer com esta empresa. E por isso, não é novidade nenhuma, e infelizmente, aquilo que eram as previsões de todos os partidos excepto do Partido Socialista, - eu só tenho pena é que na acta numero oitenta e dois de 2004, as intervenções de todos os membros que intervieram ou praticamente todos os membros que intervieram nesta Assembleia, tivessem ficado registadas em acta, excepto as do Dr. Raúl Martins; só diz que falou, e o registo é só áudio, não está escrito.*

*E é pena que isso tivesse acontecido, porque podíamos aí ter justificado, e agora todos percebíamos porque é que o Dr. Raúl Martins, votou favoravelmente à criação da MOVEAVEIRO, apesar das críticas que todos lançavam, nomeadamente há falta de solidariedade que parecia já indiciar o estudo que nos foi apresentado, para com o tecido periférico do município de Aveiro, para com o desequilíbrio que iria colocar nos próprios serviços municipalizados, serviços municipalizados que há altura estavam a recuperar financeiramente como depois se verificou, e agora que se continua a verificar, mas perdendo uma parte importante de um benefício que é um benefício social, que é claro que tem que ter prejuízos, e são prejuízos que tem que ser assumidos por todos nós, porque são prejuízos que tem considerados solidários de todos nós que vivemos mais junto ao centro da cidade, outros que vivem mais na periferia, mas a mobilidade deve ser para todos.*

*E por isso é com tristeza, - porque o passado já lá vai; é com tristeza que nós vemos que ainda hoje, este problema, apesar de serem antecipados todos estes problemas não está resolvido, e por isso também não estamos contentes pelo facto do concelho de administração da MOVEAVEIRO não ter resolvido este problema mau grado todos estes contratemplos que têm acontecido.*

*Agora também me parece que não devia ser motivo de aproveitamento político, e isso é que também me parece que alguns partidos estão a aproveitar, principalmente alguns partidos com menos representatividade nesta Assembleia, que através da MOVEAVEIRO, estão a procurar*

ter algum protagonismo. É pena, porque todos nós estamos solidários, estamos sensíveis aos pontos importantes.

E gostaria também de dizer que para nós, - aliás como o Presidente Élio Maia, tem dito, todas as pessoas são importantes; e eu gostava que isso ficasse bem frisado, que não é só o Dr. Élio Maia que pensa desta maneira, mas todos nós, no partido que o apoia, todos nós pensamos desta maneira: “todas as pessoas são importante”. E por isso, também não gostamos de saber que há pessoas que recebem em dia diferente do outro; gostaríamos que toda a gente recebesse atempadamente, quando prestam um serviço a este município, que sejam justamente remunerados, pelo serviço que estão a prestar. Todos nós gostaríamos disso, agora, todos nós estamos conscientes das dificuldades deste município. Todos nós estamos conscientes que há muito credores; e também todos os credores devem ser considerados igualmente; todos os credores têm os seus dramas, todos! Uns de uma maneira, outros de outra. E não nos cabe a nós estarmos a valorizar uns credores em detrimento de outros. Todos os credores nos devem, todos os credores... - eu sei que a lei da república faz muitas coisas, mas há uma dimensão social, que é preciso estarmos atentos e com isso eu só quero dizer, que espero que este assunto da MOVEAVEIRO não precise de vir aqui a mais nenhuma Assembleia, que isso seria sinal que nós lhes resolveríamos, termos resolvido este assunto com os trabalhadores e tendo resolvido esse assunto com trabalhadores resolvemos este assunto com todos os municípios, e isto para bem do Município de Aveiro.

E por isso é com tristeza que vemos nos jornais de índole mais política, trazerem reportagens sobre a MOVEAVEIRO e sobre o Município de Aveiro, que são daquelas coisas, que nós como Aveirenses não gostamos. As pessoas estão no seu direito de eventualmente fazerem essas críticas onde acharem, mesmo nos seus partidos políticos e nos jornais de comunicação política; estão no seu direito e nós democracia é assim que temos que viver.

Lamentamos, e por isso esperamos, e fazemos votos, e aqui em nome do PSD gostaria de dizer que não tenho aqui a chave para a resolução do problema, o Executivo tenho a certeza que não a tem porque senão já tinha resolvido, mas nós confiamos que o executivo assim que tenha a possibilidade, e nós apelamos também, para que assim que tenha a possibilidade de resolver o problema assim o possa resolver.”

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>039</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>040</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>041</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>042</sup>

Presidente da Mesa <sup>043</sup>

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>044</sup>

“Hoje falou-se aqui - e peço à Mesa que possa eventualmente resolver, porque se falou aqui num ponto que está agendado. E portanto, há aqui muitas considerações que se me for permitido pela Mesa obviamente irei transmiti-las quando debatermos esse ponto, porque houve aqui vários assuntos que não foram colocados pelo Sr. Francisco, mas que depois foram desenvolvidos pelos grupos parlamentares. E portanto, quanto a esses pontos eu vou-me reservar para transmitir, porque acho que seria um desrespeito para convosco.

Em relação ao Sr. Francisco Braz, obrigado pelas questões que levantou e mais uma vez pelos tons de voz usados e a maneira como se expressou; julgo que assim é correctamente como nós devemos falar entre todos.

E portanto, como alguns dos assuntos, sobre o futuro, sobre as privatizações que falou também, acho que isso se enquadra claramente no ponto que foi colocado na ordem de trabalhos e bem, eu iria cingir-me à questão do acordo de empresa.

*E neste momento eu queria dar-vos um enquadramento; é bom que estejam aqui os trabalhadores, e é bom que estejam aqui os representantes dos accionistas da empresa, ao fim e ao cabo são os munícipes de Aveiro, e é bom todos terem a noção, e provavelmente é a primeira vez que eu falo com todos os trabalhadores sobre o acordo de empresa; falámos sobre comissões, falámos com duas comissões de trabalhadores.*

*E então 3 pontos muito simples:*

*1.º ponto – quando se falou pela primeira vez do acordo de empresa, não foi com o STAL foi com o SINTAP, que depois na reunião seguinte com o STAL nós concordámos também, - fui eu, sem duvida não todo o conselho de administração, mas fui eu que disse que era claramente a favor de um acordo de empresa. E porque é que sou a favor de um acordo de empresa (?), por uma coisa muito simples; e antes de mais eu sou funcionário de uma instituição, neste momento sou um eleito e portanto estou a desempenhar estas funções, e quando acabar o meu mandato retornarei à minha instituição; é uma instituição que tem um acordo de empresa, um acordo colectivo de trabalho, e é uma empresa que dá bastantes lucros, - estou a falar de uma empresa do sector da banca, e toda a gente sabe que dá muito dinheiro e não é por causa disso que não deixa de ter um acordo de empresa; portanto, eu acho que isso é benéfico.*

*2.º ponto – ainda sobre esta questão, o acordo de empresa, é essencialmente para proteger, - na minha óptica, aqueles que não são funcionários públicos. Todos vocês sabem, que quem é funcionário publico e está na MOVEAVEIRO é requisitado, e portanto, continua a ser funcionário publico, tem esses direitos, e portanto, o acordo de empresa não os altera a não ser que o próprio trabalhador queira deixar de ter a condição de funcionário publico e passar a assinar o acordo de empresa.*

*E portanto, queria transmitir-vos que quando foi pensado o acordo de empresa, foi claramente na questão dos trabalhadores que neste momento estão a contrato, alguns irão ficar como é obvio, e naqueles que já são do quadro da empresa. E portanto, foi a pensar nesses, como sabem, têm um vínculo inferior àqueles que têm o da função pública.*

*Ainda sobre este ponto, e que é importante aqui clarificar, é o seguinte: tem se falado que o conselho de administração é uma força de bloqueio, que não negoceia etc., etc., - só vos queria transmitir isto, desde que entrei na câmara, não diria a totalidade, mas diria, 70% do meu tempo é passado a negociar, principalmente com credores; e como sabem, isso é uma função complicada de se fazer.*

*Querida transmitir-vos isto, olhos nos olhos, se eu negoceio com credores a quem devemos, há seis e sete anos, como é que eu não negoceio com uma equipa negocial de trabalhadores que estão ali para defender nos trabalhadores. Portanto, acho que isso do bloqueio, é bom que se clarifique, que nós não estamos aqui a trabalhar, todos, acho eu TODOS, para que a empresa, pelo menos continue e tenha a sua perspectiva de conseguir pagar aos trabalhadores.*

*3.º ponto – é uma questão que foi colocada e bem, - bem, no sentido de que foi colocada, não pelo Sr. Francisco Braz que não esteve na reunião, mas a perspectiva que tem o STAL e os representantes que lá estiveram da questão do acordo em si. E dizer-vos apenas isto: a equipa negocial estava mandatada para discutir todas as questões excepto as questões monetárias; obviamente que as questões monetárias, abrangem uma data de sectores. A questão do horário de almoço por exemplo, que é um questão que mexe com a parte monetária claramente. E portanto, transmitir-vos apenas isto: da diferença entre os dois documentos, há uma diferença clara num aspecto, há muitos artigos que remetiam, que faziam a diferença entre o que é o código do trabalho ou outra alternativa; - nós optámos por aquilo que está no código de trabalho. E como sabem o acordo de empresa, é algo que é diferente do código do trabalho. E portanto, se está no código do trabalho não é necessário estar no acordo de empresa, e por isso há uma diferença entre artigos.*

*Aquilo que o próprio conselho de Administração propôs à comissão negociadora, era: - “se vocês quiserem nós formatamos o documento da mesma forma que está o vosso formatado, e discutimos as diferenças”!*

*Portanto, só para esclarecer isto. É a primeira vez que falo com todos os trabalhadores. Tenho falado com Comissões (só essas estavam na reunião) podem-vos transmitir aquilo que pensamos; isto foi aquilo que se passou na reunião.*

*Por fim concluir em relação a isto: Sr. Francisco nós estamos sempre dispostos a negociar. Aliás, nós no próprio comunicado que saiu no dia em que essas reuniões foram tidas, dissemos: “estamos sempre disponíveis para negociar”. SEMPRE! Tanto é, nós não é com o STAL, mas com o SINTAP, temos um calendário negociador; estamos disponíveis para o fazer com o STAL, estamos disponíveis, sempre estivemos, sempre havemos de estar.*

*Quanto a algumas questões que foram levantadas aqui por algum deputados, como digo, hei-de falar sobre elas no ponto agendado, porque acho que é o correcto. Mas dizer-vos que há algumas mentiras que não vão passar em claro nessa altura.”*

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa [045](#)

#### Intervenção do Público

Francisco Braz [046](#)

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Presidente da Mesa [047](#)

#### Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPS/PSD) [048](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [049](#)

Vogal Armando Vieira (PPS/PSD) [050](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPS/PSD) [051](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [052](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPS/PSD) [053](#)

Vogal Carlos Candal (PS) [054](#)

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara [055](#)

#### Membros da Assembleia

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [056](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [057](#)

*“Lê-se no jornal “O Aveiro” desta semana, em manchete:*

*“Projectos turísticos em risco de naufrágio”; e em subtítulo:*

*“O presidente da Região de Turismo Rota da Luz acusa o Turismo de Portugal de “falhanço total”. Pedro Silva aponta ainda o dedo ao Ministro da Economia e acusa-o de “não apoiar a região que o elegeu.”*

*O que diz o Dr. Pedro Silva é verdade. Só poderemos concordar.*

*Aliás acrescentamos: é um falhanço total a política autista que este governo socialista quer impor aos portugueses, nos mais diversos domínios. Pratica-se a política de terra queimada, aniquilando-se tudo que é substância social e cultural do país, esvaziando-se e esventrando-se estruturas que considerava-mos sólidas, porque conquistadas por várias gerações, no domínio da justiça, da saúde, da educação etc. etc. Resulta disso um país desanimado, empobrecido, desgastado, onde apenas se vislumbra um horizonte apertado. Os primeiros sinais reais de uma convulsão social estão a transformar-se numa voz de revolta que levará à derrocada deste governo e deste Primeiro-ministro bulldozer.*

*Voltando às palavras do presidente da Rota da Luz sobre matéria de turismo e do mergulho anunciado para águas profundas do projecto turístico da nossa região.*

*O Presidente da Rota da Luz imputa as responsabilidades ao Turismo de Portugal e ao Ministro da Economia.*

*E nós apontamos o dedo também ao presidente da Rota da Luz, uma vez mais, pela inércia patente e pela falta de estatura ou peso político, pois não conseguiu chamar à razão o governo que é da sua cor, chamando a atenção para a região de Aveiro, para suas singularidades, fazendo-a constar do Plano Estratégico Nacional para o Turismo. E acrescentamos – onde estão os pesos pesados do partido Socialista em Aveiro e o seu poder de influência (positiva) perante o governo de Portugal. Onde anda o nosso Governador Civil e os deputados do PS.*

*E o Presidente da Rota da Luz? Tem andado preocupado em floreados e cosmética, esquecendo-se do essencial. O essencial é o realismo e pragmatismo.*

*Vejam bem o bizarro da questão. Andam os Aveirenses apostados em votar on-line na candidatura da Ria e do Barco Moliceiro a Património da Humanidade da UNESCO e na candidatura da Ria de Aveiro às 7 Maravilhas Naturais do Mundo e fala-se na criação de uma rede mundial de cidades de água, tudo a uma escala planetária. Tudo em grande. Puro provincianismo – diga-se. Pasmem-se. Tentamos vender a nossa grandiosidade lá fora (que até consideramos bem) e cá dentro estamos (como diria o Herman) “desquecidos e ostracizados”. O governo da nação não conhece Aveiro. O Ministro da Economia eleito pela região não conhece ou melhor, não reconhece Aveiro.*

*A Rota da Luz através do seu timoneiro não soube, não quis planear e começar a casa pela base e edificar com segurança um edifício sólido. Começou por construir no vácuo...*

*Lançou fogo de artifício e andou nas luzes da ribalta. Resultado – Os projectos turísticos podem ir pela água abaixo!*

*E agora!? Aveiro tem de facto um potencial enorme, latente e visível, uma identidade e singularidade únicos e por isso é necessário, em primeiro lugar inscrever Aveiro no Plano Estratégico Nacional para o Turismo. O Sr. primeiro-ministro que venha a Aveiro explicar porque razão esta região não faz parte do mapa estratégico de turismo.*

*E agora questiono uma vez mais directamente o líder do PS no Concelho de Aveiro, o ilustre deputado Raúl Martins.*

*Depois das palavras de revolta do presidente da Rota da Luz ainda se encontra V. Ex.ª de facto convencido que o Plano Estratégico Nacional para o Turismo imposto pelo Governo Socialista é bom para Aveiro, ou continua a engolir sapos. É que no seu Blog afirmou e defendeu veementemente o documento.*

*Em 12 de Dezembro último dissemos aqui nesta Assembleia que a política nacional perspectivada para o país era extremamente nefasta para a Região de Aveiro, desconsiderando-a. Dissemos também que O Presidente da Rota da Luz esteve envolvido em polémicas desnecessárias e jogos de cosmética e de marketing, essencialmente de enaltecimento próprio que se vieram a revelar autênticos fiascos, lesando o interesse da região e dos operadores turísticos.*

*Da bancada socialista vários deputados vieram em sua defesa e na defesa da política nacional para o sector e referiram que estávamos a exagerar. Estávamos a exagerar?!*

*Lanço o repto ao Sr. Presidente da Rota da Luz para que em consciência assuma também, juntamente com o Ministro da Economia, a sua responsabilidade por aquilo que não fez pela Região. Tenho dito.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>058</sup>

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>059</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente só três pontos. O primeiro tem a ver com uma questão que eu gostava de colocar ao executivo, que não tem a ver só com Aveiro, tem a ver com Aveiro e a região de Aveiro, sobretudo. Tem a ver com a delimitação que existe já do novo mapa judiciário. É óbvio, que esta delimitação nos levanta algumas preocupações, que têm a ver nomeadamente, com o agravamento das duas justiças já existentes em Portugal, mas isso não será para aqui chamado. A Justiça para pobres e a Justiça para ricos. Dá-nos a ideia que esta nova situação vai criar ainda mais situações gravosas neste aspecto, no entanto a questão da coincidência das trinta e cinco circunscrições criadas, coincidindo com as NUT's e o provocar de encerramento de muitas Comarcas, embora esteja anunciada a manutenção dos Tribunais, abertos com certeza, mas servindo como balcões administrativos correntes, isto origina de certeza um fluxo muito maior de processos. Isto porquê? Porque as Comarcas encerram!? Porque em termos normais não terão quinhentos processos anuais e, portanto, serão obviamente centralizados noutros sítios, e Aveiro será com certeza um dos sítios centralizadores desses processos. O que vai alterar de certa maneira o fluxo e perante isto, com certeza, presumo eu, que a Autarquia tenha sido ouvida, consultada, etc., e esta é a questão que eu ponho, porque efectivamente vai haver uma alteração de certa maneira no fluxo e na movimentação interna na própria cidade, na mobilidade da própria cidade.*

*A outra questão não é propriamente uma questão a colocar. É sim o colocar aqui um ponto e fazer disso uma saudação muito especial aos professores de música, aos alunos, e aos pais dos alunos de música, que estão a viver nesta altura um momento difícil com o fim da iniciação musical no primeiro ciclo, e do ensino supre lectivo. Obviamente, é uma situação bastante grave e que vai provocar o encerramento do ensino supre lectivo, vai provocar uma questão profundamente caricata, que é a escolha do aluno que objectivamente pretenda ou opte pela música aos dez anos, tem que saber exactamente qual o instrumento que vai tocar porque de outra maneira não pode seguir música!? De facto os professores, os alunos, e os pais, têm demonstrado à sociedade a justeza das suas reivindicações em relação ao que se está a praticar com esta reforma do ensino da música no nosso país, e a perigosidade que isso tem em termos de futuro.*

*O terceiro ponto é também uma saudação. E é uma saudação para um facto bem recente, que aconteceu ontem, que é a manifestação dos professores que se insurgem contra uma reforma do ensino — que de facto de reforma pouco tem, mas que de prejudicial muito apresenta. E mais do que as razões que estão subjacentes à manifestação, que são de todos sabidas e que me escuso aqui de estar a dizer, mais do que isso, interessa valorizar o acto cívico que isto significa. A união de uma classe profissional e a demonstração por formas de cidadania da sua razão, contra a arrogância e a prepotência que de facto estão a ser alvo. Gostava de deixar aqui a minha saudação para esta atitude dos professores. Muito obrigado.”*

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) <sup>060</sup>

Vogal Alexandre Caleiro (PPD/PSD) <sup>061</sup>

Vogal Rui Macedo (PS) <sup>062</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>063</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>064</sup>

*“Gostaria de neste Período de Antes da Ordem do Dia, falar não só na qualidade de munícipe, mas também na qualidade de cidadão português e de poder desabafar, se me é permitido aqui, acerca do conjunto de políticas erradas, de recuos. Aliás, ainda agora tivemos aqui a propósito desta política de juventude, de recuos de leis e de regulamentos. De regulamentos que aparecem tarde demais e que avançam, e que depois recuam e que depois voltam atrás. Quer dizer, há uma ânsia que eu entendo, até de querer reformar e do nosso governo querer fazer reformas, só que não as sabe implementar. E temos vivido demasiadas convulsões que não seriam de esperar, perante uma maioria, que devia ser estável, de governação socialista.*

*Eu é que não sou apologistista de que um governo possa ser destituído a meio, porque senão eu era capaz aqui nesta Assembleia pedir a destituição deste Governo Socialista. Aliás, agora entendo que os nossos colegas socialistas que defendem que governos mesmo tendo maiorias estáveis possam ser destituídos, por alguma aparente má governação, aqui tinham todas as razões e mais uma para destituir este governo que nos desgoverna liderado pelo nosso Eng.º Sócrates — mas pronto, é este governo que temos, é este o fado que temos, falta mais ano e meio nesta contagem decrescente que vai avançando e esperemos que brevemente, mais ano e meio outros rumos possam ser dados a esta nobre nação portuguesa, como gostam de dizer os nossos colegas do CDS/PP.*

*Gostaria, também, neste período Antes da Ordem do Dia, referir aqui a questão de José Estêvão. Falou-se de José Estêvão. José Estêvão, deputado da nação, teve o mérito de trazer para Aveiro, porque achava que realmente era importante (e foi), que a linha do Norte passasse por Aveiro. Há também deputados eleitos e oriundos deste município de Aveiro, que entendem que também o TGV deva passar pelo centro de Aveiro. Eu não defendo isso. Não vejo que seja necessário. Para mim basta-me que o TGV passe em Aveiro e pare em Aveiro. Para mim, Aveiro não é o município, não é o centro da cidade. Para mim, Aveiro é toda uma região com a qual os aveirenses têm relações de trabalho, têm relações sociais. E por isso há toda uma vasta região de Aveiro, em que eu incluo-o Albergaria, incluo-o Estarreja, incluo-o Ílhavo e incluo-o muitos outros municípios e por isso fico agradado pelo facto de nunca se ter posto em causa a existência de uma estação de TGV em Aveiro.*

*Agora, parece-me é que, se há deputados da nação que entendem que o TGV deve fazer uma curva para passar pela cidade, então façam o favor de exercerem as suas influências na capital para que tal como o José Estêvão poderem fazer com que a linha passe por aqui, que podem ter a certeza os aveirenses também lhe farão uma estátua. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>065</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>066</sup>

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) <sup>067</sup>

Vogal António Regala (PCP) <sup>068</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>069</sup>

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) <sup>070</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>071</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>072</sup>

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) <sup>073</sup>

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>074</sup>

*“Não é usual que a oposição realce seja o que for, feito pelo poder, seja ele autárquico ou central. Porque o bem que é feito é o cumprimento das suas obrigações e deveres, e o que faz*

mal, além de estar errado é sinónimo da sua incapacidade de governar, ou mesmo incompetência.

A oposição, seja a que forma governativa for, tem de estar atenta a tudo o que se passa, aos males que mesmo involuntariamente vão afectar a população. É dever da oposição criticá-los, transmiti-los publicamente para que os eleitores, população em geral que os elegeram saiba o que se passa. E a oposição, além de os denunciar deve influenciar, para que as coisas sejam devidamente corrigidas.

Isto vem a propósito da minha última intervenção, em que aqui nesta Assembleia Municipal, chamei à atenção da câmara para o que se estava a passar nas Barrocas, em que um silvado, vindo de uma habitação degradada e que se encontra abandonada à muito, ameaçava toda a vizinhança, contigua a esse prédio, ao perigo de um incêndio.

Sei que o Sr. Eng.º Carlos Santos, depois da minha chamada de atenção, tomou de imediato medidas para sanar a situação, que neste momento está resolvida. Foi pela câmara não se ter apercebido antes, e não ter resolvido o caso no devido tempo, ou seja, sem haver queixas da parte dos munícipes.

De qualquer modo, e porque devemos ser humildes, para quem não é arrogante, devo assinalar aqui que este comportamento do Vice-presidente Carlos Santos, e dado que já não é a primeira vez que o faz - já o fez em outros assuntos análogos, é digno de registo, é mesmo louvável da minha parte.

Infelizmente Senhora Presidente e Senhor Presidente da Câmara, e Eng.º Carlos Santos, os casos são mais que muitos, e despontam por todos os sítios, e todos os dias como ervas daninhas. Recuando nos tempos, recordo a V/ Exa., e particularmente aos membros do PSD, as suas crónicas nos jornais, quando faziam aos fins-de-semana os roteiros dos buracos. Era lindo! E eu diria mesmo que romântico, que um grupo de cidadãos cheios de boa vontade e civismo, andassem por cada uma das nossas freguesias a contabilizar os buracos e buraquinhos, um por um, que haviam nas estradas, nas ruas e vinham todos discriminados na sua quantidade e qualidade, e à segunda feira lá tínhamos o balancete, transcrito no Diário de Aveiro, com muita honestidade e transparência. Dava gosto ler e ver, a maneira como estes cidadãos, ocupavam os seus tempos livres, ou à falta de afazeres apareciam ali todos escarrapachados e sabíamos como estavam as nossas freguesias.

Depois, V/ Exa., ganharam a câmara e democraticamente cada um arranjou o seu empreguinto e hoje vivemos na nostalgia desse passado ainda não muito distante.

Ora Senhor Presidente da Câmara, V/ Exa., certamente reconhecerá, que as estradas e ruas do Concelho de Aveiro não têm os buraquinhos, nem os buracos de então, que era um aqui e outro ali; hoje são os próprios Senhores Presidentes da Junta que apoiam esta câmara, que sem saberem como responderem às populações que protestam contar este estado de coisas, e eu diria mesmo contra este estado de sítio, dizem nos jornais que as ruas e estradas das freguesias estão uma lastima, comparam-nas mesmo, às picadas da África profunda.

A seguir tenho aqui uma nota sobre o Mercado Manuel Firmino. Aquele Mercado e as vicissitudes que tem atravessado, parece ter sido excomungado. Os vendedores e vendedoras, a maioria gente que trabalha a terra, dizem mal à sua vida e manifestam a falta de clientela; passei por lá, conversei com alguns e o desânimo é grande, muito grande mesmo; - diria mesmo que estão entre a espada e a parede. Há pessoas que têm dias que não fazem dinheiro para pagar a gasolina do transporte das mercadorias, de suas casas até ali ao mercado.

Sabemos que a Câmara não pode por si, esgotar as suas mercadorias, mas tem de repensar o mercado Manuel Firmino, tem de ter arte e engenho para cativar as pessoas para ali; tem de o tornar mais apelativo, é a sua obrigação, é mesmo o seu dever.

A seguir temos, Senhor Presidente, e penso que está a tomar a devida nota destes assuntos, a estrada que liga as Pirâmides ao Lugar dos Moinhos, ou seja, ao Sporting Clube de Aveiro. Está toda escaqueirada, está ainda pior que as outras que sabe estarem uma lástima. Ali tem a



*agravante das marés a correrem ainda mais rapidamente. As pessoas que ali se deslocam e são muitas, sejam os turistas para visitar as salinas, sejam outros que vão apanhar o barco turístico para ir dar um passeio pela Ria, passam as passas do Algarve para chegarem ao destino, que é junto ao Sport Clube de Aveiro. Então os utentes dos dois clubes ali existentes, que tanto há semana como aos fins-de-semana que por ali são obrigados a transportar os seus barcos atrelados aos carros, esconjuram a câmara por não por mão no assunto, e não resolverem minimamente aquele problema, dado que aquela curta viagem, vão destruindo paulatinamente as suas viaturas.*

*Depois temos o assunto do TGV. Ouvimos Albergaria-a-Velha dizer que o TGV vai ter a sua estação naquele município, portanto sabemos qual a vontade e convicção de Albergaria-a-Velha; mas erradamente, não sabemos qual é posição do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro em relação a isso. Pergunto Senhor Presidente, se está interessado ou não, que Aveiro seja a paragem do TGV, ou se acha melhor, ele ir de mão beijada para o município de Albergaria-a-Velha (?), é que me parece Senhor Presidente que também tem que tirar as mãos dos bolsos.*

*E pronto, Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Engenheiro Carlos Santos, muito mais havia a dizer, como por exemplo os aumentos que vão haver nos transportes públicos e que vão prejudicar os utentes, na maioria pessoas já muito carenciadas financeiramente.*

*Não vou falar da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos e dos terrenos onde vai ser implantado, que afinal são bons para exploração de inertes, ou seja, terreno mole, muito permeável, e portanto, vulnerável ao mais pequeno descuido, e vão ser muito; e nem sequer vou aflorar a estranheza que para mim é, haver ali um único proprietário, de quase toda aquela área, e ainda por cima, nem de Aveiro ser.*

*Com vê Sr. Eng.º Carlos Santos há muito ainda para fazer, há muito onde acudir e claro a câmara não pode contar com os bombeiros, porque eles não são voluntários para este tipo de serviços. Agora a câmara disponibilizou-se para acudir a todos os males, e está a tratar de muito poucos; e se analisar bem, a grande maioria nem precisa de grandes dinheiros, mas sim de vontade política. Esta câmara tem de viver o seu dia-a-dia, com o que tem, e com isso tentar fazer e resolver situações; não pode viver agarrado ao passado, nem a tirar por tudo e por nada a dívida para a frente das pessoas. Tem de se amañhar com o que tem; fazer o que pode, mas tem de fazer alguma coisa, não pode estar à espera de milagres ou de empréstimos, e isso é contar com o ovo dentro da galinha, e todos sabemos que pelas andanças que vemos por aí, pode não haver ovo nem fora nem dentro da galinha, se calhar nem galinha vai haver.”*

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>075</sup>

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) <sup>076</sup>

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) <sup>077</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>078</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>079</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>080</sup>

*“Falando com o coração, porque a esta hora a razão já prevalece pouco, queria começar por felicitar o Srs. Deputados pelas diferentes intervenções que ao longo desta noite aqui foram produzidas, quer em termos de temáticas locais, regionais e nacionais.*

*Quanto às questões que nos foram colocadas vamos dar duas ou três notas sobre aqueles assuntos que nos parece que se enquadram no Período de Antes da Ordem do Dia. Quanto aos outros teremos muito gosto em prestar esclarecimentos no âmbito da Comunicação Escrita que aqui vem.*

*Sr. Orlando Terra Sêca, sem as mãos nos bolsos, dizer-lhe que são merecidíssimas as palavras de simpatia que produziu aqui em relação ao Eng.º Carlos Santos. Dizer-lhe também que o Sr. Orlando se elevou. Porque quando nós dizemos obrigado a alguém somos nós que nos elevamos — foi um nobre gesto democrático que saúdo aqui e que relevo.*

*Jorge Afonso o requerimento sobre o número de funcionários foi pedido aos Serviços e vou ver o que é que se passa.*

*Relembrar aqui, também, aquilo que foi dito inicialmente. Portanto, os líderes das bancadas estão já convidados, naturalmente o convite irá ser formalizado oportunamente, para no dia 31 de Março, às 17 horas, nos Paços do Concelho, para a reunião com a RAVE.*

*Por último, uma nota de solidariedade para com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, e dizer que fui com muito gosto e com muito prazer Presidente de Junta, e posso dizer neste momento que já não sou (e com à vontade), que os Presidentes de Junta são um exemplo; são a expressão mais rica do regime democrático. São eles que no fundo corporizam aquela máxima de “Governo para o povo e pelo povo” e que estão em contacto directo com as pessoas.*

*São também um exemplo em termos de dedicação, de forma desinteressada, muitas vezes com prejuízo deles próprios em prole das comunidades a que presidem.*

*Dizer-vos isto: no meu mandato tenho tido momentos às vezes de desânimo e nesses momentos busco no vosso exemplo e no vosso trabalho diário a força para continuar.”*

Vereador Pedro Ferreira <sup>081</sup>

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa<sup>082</sup> deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 03 de Março (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 01 de Março de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)